

deve ser feito diretamente ao cidadão



co com a dimensão que tem”, afirma António Almeida

quando haveria sempre uma proposta privada de uma ou duas instituições que resolveriam o problema.

“O Estado paga muito dinheiro a muita gente para não fazer mais nada”

VE - A despesa pública nesta área continua a aumentar?

AAD - Mesmo que não aumente, também não diminui. O setor público do ensino superior é uma das áreas onde existe mais desperísimo em Portugal. Basta falar de algum modelo de contratação pessoal e o Estado tem de perceber que não pode continuar a investir nesse tipo de soluções. O regime de exclusividade de contratação de professores devia ser uma exceção para aqueles que, por interesse institucional, devem estar mais tempo na instituição e devem eventualmente dedicar-se de outra forma à instituição. Num setor público é a maneira normal de se estar, isto é, qualquer pessoa pode optar pela exclusividade. Invertamos o sentido naquilo que é exclusividade. Não deve ser um interesse pessoal, deve ser um interesse institucional. O Esta-

Financiamento direto de utentes permitiria poupança superior a 30% da despesa com universidades

do paga muito dinheiro a muita gente para não fazer mais nada e é por aí que se devem fazer os ajustamentos.

VE - Em vez de o Estado financiar diretamente as instituições públicas de ensino, seria preferível fazer o financiamento aos estudantes, dando-lhes a liberdade de opção pelo público ou pelo privado?

AAD - Há dois setores onde o financiamento deve ser feito ao utilizador e não às instituições. Ao financiarmos as instituições estamos a introduzir múltiplos fatores de despesa. No ensino e na saúde, o financiamento devia ser feito diretamente ao cidadão.

Há muitas maneiras de o fazer. Através de benefícios fiscais e através de bolsas para os carenciados de facto. Através destes dois modelos o Estado resolvia 99% dos problemas. Lamentavelmente, a uma dada altura, utilizou-se o termo, o cheque ensino ou o cheque aluno, para desvalorizar a ideia.

A perspetiva é correta no sentido de financiar os utilizadores. Não tem de ser através do cheque, como é óbvio, mas é através de ação social. O Estado apoia os alunos que são carenciados e paga-lhes, ou paga diretamente às instituições que têm esses alunos. Depois tem a redução do benefício fiscal de quem pode pagar, proporcionalmente aos seus benefícios fiscais, e obtém assim uma contrapartida. A maior parte dos portugueses – lamentavelmente, não estamos a falar de ricos, estamos a falar da classe média que tradicionalmente acaba por pagar as faturas todas – que têm o filho a estudar no ensino superior privado, através dos seus impostos, está a sustentar um setor público que não vai utilizar e não tem nenhum benefício por estar a pagar os estudos dos seus familiares.

VE - Nem benefício fiscal...

AAD - Nenhum. Não há benefícios por estar a pagar os meus estudos, e ainda por cima sou obrigado a sustentar um sistema que não utilizo e com desperdícios que toda a gente conhece. As instituições públicas do ensino superior continuam a contratar docentes.

O financiamento tem de ser claramente alterado.

Há uma coisa de que os portugueses devem ter consciência: o país não sobrevive mantendo um setor público com a dimensão que tem. E onde é que o setor público tem maior dimensão? Na saúde, na educação e depois obviamente nos serviços públicos e da administração pública. É preciso mudar e estou convencido que esta seria uma forma correta. Cada um paga as suas propinas e de acordo com os rendimentos que tem acaba por obter benefícios fiscais. Para quem não é capaz de pagar ou não pode pagar, existe a ação social e o Estado ou paga dando bolsas aos alunos ou faz contratos programa com as instituições e paga às instituições por prestarem esses serviços. Garanto que reduzia significativamente os encargos com o setor público.

VE - Tem uma estimativa sobre a redução de custos que seria possível obter por essa via?

AAD - Pelas nossas contas, e já fizemos um estudo muito por alto porque é difícil saber com rigor quanto se gasta no setor público, admito que pudéssemos fazer uma poupança superior a 30 por cento, se, em vez de estarmos a atribuir orçamentos às universidades, financiássemos os utentes.

Esta medida à partida não ia causar desemprego. Se as instituições estão bem ajustadas às necessidades, continuariam a ter os seus clientes, só invertíamos a forma do financiamento, o que tornaria mais competitiva a relação das instituições no mercado, sendo que todas estariam em igualdade de circunstância.

Ao fim de 20 anos, garanto que só as boas instituições estariam a funcionar porque as outras, naturalmente, por falta de clientes, acabariam por se extinguir. É inadmissível que, num país como o nosso, todos os distritos tenham um ensino superior público.

Quando as pessoas acham que o setor público é melhor que o privado, as pessoas não têm que ter receio. Há instituições privadas tão boas ou melhores que muitas públicas e vice-versa, há bom e mau dos dois lados. Mas, de facto, as pessoas que defendem tanto a qualidade do setor público não tinham de ficar preocupadas com esta abertura que um aluno pudesse escolher a instituição para onde poderia ir estudar. Seguramente que iam escolher sempre as melhores e essa é que é a grande vantagem. É lançar a competição direta da qualidade perante um mercado que hoje não existe porque hoje o privado está a concorrer com um setor que é praticamente gratuito.

Obstáculo à criação do ensino da Medicina privada “não se remove”

O obstáculo que existe à criação do ensino da Medicina privada em Portugal “não se remove porque ainda vivemos, lamentavelmente, do estatuto das instituições, das pessoas e provavelmente por isso também estamos na situação em que estamos”, afirma o presidente da CESPU.

“As universidades que têm Medicina têm uma grande vantagem sobre as outras, por uma questão de notoriedade. Aquelas que têm Medicina também não querem que as outras tenham. Costuma-se dizer que a Medicina é a cereja em cima do bolo das universidades. É aquilo que as universidades acabam por querer ter para dizerem que atingiram determinado estatuto numa determinada dimensão.”

“Quando universidades, como Aveiro e o Algarve, quiseram ter Medicina, a de Aveiro acabou por não abrir e no Algarve está sob avaliação. Todas as outras que têm Medicina reagiram, porque não faz sentido, de acordo com os seus responsáveis, existirem mais estabelecimentos de ensino com essa atividade. Penso que é por isto, pelo estatuto”, acrescenta.

António Almeida Dias recorda ainda que “a UBI foi mais falada por ter Medicina nos últimos anos do que desde a sua

constituição. Poderíamos dizer que a UBI é falada nos meios de comunicação social e 90 por cento é sobre Medicina. A própria Universidade do Minho, na maior parte das vezes em que é referenciada, é-o por causa do curso de Medicina. Aveiro foi badalada em todo lado porque disse que queria ter um curso de Medicina. O Algarve andou em todos os jornais quando abriu o curso de Medicina. Portanto, de facto, a Medicina é um curso que acaba por dar muita notoriedade às instituições.”

“Quando espremamos os motivos/objetivos que levariam as pessoas a não querer que o curso de medicina existisse noutras instituições, teríamos de pensar muito mal dessas pessoas. Teríamos de pensar que elas preferem que os portugueses vão para a República Checa e para outros sítios pagarem imenso dinheiro para terem os jovens a estudar Medicina. Motivos objetivos não encontramos nenhum, porque, se temos corpo docente, se temos investigação, se temos hospitais, se temos tudo, devíamos ter autorização! Depois ainda dizem – “não autorizamos”, porque não têm qualidade - quando vemos aprovar cursos no setor público, absolutamente sem qualidade nenhuma feitos em instituições sem experiência na área da saúde.



OUTDOORS - SINALÉTICA - PUBLICIDADE EXTERIOR - MOBILIÁRIO URBANO - ABRIGOS - DECORAÇÃO

Avenida da Boavista, 1588 - 2º - sala 304 4100-115 Porto

www.urbiface.pt

Tel. 225 432 051/52 Fax. 226 003 034 geral@urbiface.pt